

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA.....	14
6. CONSUMIDORES, REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	15
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	18
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	18
11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	18
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	19
13. INTANGÍVEL	20
14. FORNECEDORES	21
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	21
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	22
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	25
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	25
19. PROVISÕES.....	25
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
21. RECEITA.....	32
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	35
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	38
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	40
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	42
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	50
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	52
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES.....	67
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	70

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	531.459	685.969
Títulos e Valores Mobiliários	5	332.727	79.642
Consumidores e Revendedores	6	1.308.957	1.216.412
Concessionários – Transporte de Energia	6	214.831	221.977
Tributos Compensáveis	7	133.986	287.284
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	48.227	156.443
Estoques		28.544	32.140
Contribuição de Iluminação Pública		85.454	70.475
Reembolso Subsídios Tarifários	10	246.354	136.026
Subvenção Baixa Renda		33.855	26.886
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	11	435.589	38.587
Outros		212.453	196.733
TOTAL DO CIRCULANTE		3.612.436	3.148.574
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	5	5.297	8.008
Consumidores e Revendedores	6	209.057	180.307
Concessionários – Transporte de Energia	6	6.787	8.288
Tributos Compensáveis	7	318.526	334.849
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.069.024	897.686
Depósitos Vinculados a Litígios	9	886.122	853.961
Outros Créditos		46.693	81.563
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	12	5.610.467	5.063.802
Intangíveis	13	1.562.927	1.920.898
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.714.900	9.349.362
ATIVO TOTAL		13.327.336	12.497.936

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.978.875	585.601
Debêntures	16	121.040	545.767
Fornecedores	14	1.187.398	853.825
Impostos, Taxas e Contribuições	15	360.205	331.217
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		-	245.127
Salários e Encargos Sociais		136.689	129.469
Encargos Regulatórios	17	73.086	125.534
Participações nos Lucros		118.048	81.776
Obrigações Pós-Emprego	18	107.460	99.022
Contribuição de Iluminação Pública		159.465	127.576
Outras		153.634	175.091
TOTAL DO CIRCULANTE		4.395.900	3.300.005
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.045.823	1.335.223
Debêntures	16	2.897.974	2.781.328
Provisões	19	181.323	181.705
Obrigações Pós-Emprego	18	1.728.084	1.669.146
Impostos, Taxas e Contribuições	15	564.509	598.215
Encargos Regulatórios	17	166.703	109.944
Outras		17.757	29.512
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.602.173	6.705.073
TOTAL DO PASSIVO		10.998.073	10.005.078
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	20	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		257.805	427.805
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(196.945)	(196.945)
Prejuízos Acumulados		6.405	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.329.263	2.492.858
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.327.336	12.497.936

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	30/09/2014	30/09/2013
RECEITA	21	7.437.914	6.799.591
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(4.017.276)	(2.925.655)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(414.671)	(275.725)
		(4.431.947)	(3.201.380)
CUSTOS	22		
Pessoal e Administradores		(521.413)	(517.738)
Materiais		(30.271)	(29.375)
Serviços de Terceiros		(424.884)	(393.609)
Amortização		(304.551)	(287.365)
Provisões Operacionais		(20.908)	(80.203)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(546.100)	(616.958)
Outras		(105.002)	(93.315)
		(1.953.129)	(2.018.563)
CUSTO TOTAL	22	(6.385.076)	(5.219.943)
LUCRO BRUTO		1.052.838	1.579.648
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(88.907)	(46.982)
Despesas Gerais e Administrativas		(284.535)	(393.260)
Outras Despesas Operacionais		(312.481)	(195.931)
		(685.923)	(636.173)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		366.915	943.475
Receitas Financeiras	23	227.240	211.394
Despesas Financeiras	23	(566.521)	(464.331)
Resultado Antes dos Impostos		27.634	690.538
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(192.567)	(201.019)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	171.338	(33.886)
RESULTADO DO PERÍODO		6.405	455.633
Lucro Líquido (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária		0,0028	0,2014

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E
2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Jul a Set/14	Jul a Set/13
RECEITA	21	2.597.725	2.255.284
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.255.560)	(1.103.727)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(155.834)	(103.737)
		<u>(1.411.394)</u>	<u>(1.207.464)</u>
CUSTOS	22		
Pessoal e Administradores		(170.862)	(201.352)
Materiais		(10.617)	(14.372)
Serviços de Terceiros		(147.680)	(136.920)
Amortização		(103.094)	(103.694)
Provisões Operacionais		(25.016)	(40.261)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(221.951)	(195.132)
Outras		(36.628)	(63.621)
		<u>(715.848)</u>	<u>(755.352)</u>
CUSTO TOTAL	22	(2.127.242)	(1.962.816)
LUCRO BRUTO		470.483	292.468
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(41.046)	(13.501)
Despesas Gerais e Administrativas		(105.198)	(30.801)
Outras Despesas Operacionais		(87.788)	(63.770)
		<u>(234.032)</u>	<u>(108.072)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		236.451	184.396
Receitas Financeiras	23	65.065	65.630
Despesas Financeiras	23	(184.094)	(153.765)
Resultado Antes dos Impostos		117.422	96.261
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(98.625)	(76.336)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	54.503	43.528
RESULTADO DO PERÍODO		73.300	63.453
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,0324	0,0281

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	30/09/2014	30/09/2013
RESULTADO DO PERÍODO	6.405	455.633
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	6.405	455.633

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Jul a Set/14	Jul a Set/13
RESULTADO DO PERÍODO	73.300	63.453
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	73.300	63.453

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.261.998	201.151	(269.370)	-	2.193.779
Resultado do Período				455.633	455.633
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	455.633	455.633
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013	2.261.998	201.151	(269.370)	455.633	2.649.412
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.261.998	427.805	(196.945)	-	2.492.858
Resultado do Período	-	-	-	6.405	6.405
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	6.405	6.405
Dividendos extraordinários (R\$0,0752/ação)	-	(170.000)	-	-	(170.000)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014	2.261.998	257.805	(196.945)	6.405	2.329.263

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E
2013

(Em milhares de Reais)

	30/09/2014	30/09/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	6.405	455.633
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	168.996	139.918
Amortização	318.011	313.483
Provisões para Perdas Operacionais	109.815	127.185
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	7.671	9.331
Juros e Variações Monetárias	454.002	374.548
Provisões para Ganhos/Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(1.005)
Imposto de Renda e Contribuição Social	21.229	234.905
	1.086.129	1.653.998
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(210.202)	130.788
Concessionários – Transporte de Energia	8.647	66.464
Reembolso Subsídios Tarifários	(110.328)	-
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(397.002)	(39.116)
Tributos Compensáveis	169.621	8.293
Imposto de Renda e Contribuição Social	108.216	4.983
Depósitos Vinculados a Litígios	(32.161)	(17.246)
Subvenção Baixa Renda	(6.969)	-
Outros	7.078	(23.628)
	(463.100)	130.538
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	333.573	(312.437)
Tributos e Contribuição Social	(4.718)	(18.386)
IR e CSLL a pagar	(80.543)	(26.432)
Salários e Encargos Sociais	7.220	894
Encargos Regulatórios	4.311	(110.884)
Obrigações Pós-Emprego	(101.620)	(93.854)
Outros	13.659	(67.836)
	171.882	(628.935)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	794.911	1.155.601
Juros Pagos	(294.653)	(400.312)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(112.024)	(174.587)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	388.234	580.702
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(250.374)	(367.826)
Em Fundos Vinculados	1.011	130.087
Em Intangível	(496.632)	(616.958)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(745.995)	(854.697)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.210.000	2.394.213
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(591.622)	(1.677.987)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(415.127)	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	203.251	716.226
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(154.510)	442.231
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	685.969	190.233
No fim do período	531.459	632.464
	(154.510)	442.231

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	30/09/2014		30/09/2013	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	9.815.583		8.832.547	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	546.100		616.958	
Outras Receitas	16.118		9.396	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(88.907)		(46.982)	
	<u>10.288.894</u>		<u>9.411.919</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.417.727)		(3.200.272)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(456.161)		(304.644)	
Serviços de Terceiros	(756.641)		(841.457)	
Materiais	(273.870)		(276.969)	
Outros Custos Operacionais	(113.159)		(164.474)	
	<u>(6.017.558)</u>		<u>(4.787.816)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>4.271.336</u>		<u>4.624.103</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(318.011)		(313.483)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>3.953.325</u>		<u>4.310.620</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	227.240		211.394	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>4.180.565</u>		<u>4.522.014</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	828.733	19,82	771.339	17,06
Remuneração Direta	558.245	13,35	450.755	9,97
Benefícios	236.205	5,65	201.525	4,46
FGTS	34.163	0,82	32.009	0,71
Outros	120	0,00	87.050	1,92
Impostos, Taxas e Contribuições	2.685.186	64,24	2.745.038	60,70
Federais	802.599	19,20	1.045.950	23,13
Estaduais	1.879.481	44,96	1.696.618	37,52
Municipais	3.106	0,08	2.470	0,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	660.241	15,79	550.004	12,16
Juros	600.950	14,37	491.890	10,88
Aluguéis	59.291	1,42	58.114	1,28
Remuneração de Capital Próprio	6.405	0,15	455.633	10,08
Lucros (Prejuízos) Retidos	6.405	0,15	455.633	10,08
	<u>4.180.565</u>	<u>100,00</u>	<u>4.522.014</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.004.630 consumidores em 30 de setembro de 2014 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 30 de setembro de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$783.464. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da maior saída de caixa para pagamento das obrigações com compra de energia, considerando o aumento do preço médio em função do maior despacho de usinas térmicas, e da captação de empréstimo, a curto prazo, no montante de R\$1.210.000. Vide Nota Explicativa Nº 16.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2014, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 30 de abril de 2014.

Em 12 de novembro de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2013 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2014, é conforme a seguir:

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2013	30/09/2014	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolsos Subsidiários Tarifários
12	11	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Intangível
15	14	Fornecedores
16	15	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
17	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	17	Encargos Regulatórios
19	18	Obrigações Pós-Emprego
20	19	Provisões
21	20	Patrimônio Líquido
22	21	Receita
23	22	Custos e Despesas Operacionais
24	23	Resultado Financeiro Líquido
25	24	Transações com Partes Relacionadas
26	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
27	26	Mensuração Pelo Valor Justo

As notas explicativas do relatório anual de 2013 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na lei nº 12.783 sancionada em 11 de janeiro de 2013)
28	Seguros
29	Obrigações Contratuais
30	Reajuste Tarifário Anual e Revisão Tarifária da Companhia

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre e acumulado no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014

IFRIC 21 - Taxações – orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

IAS 36 – Impairment de ativos– adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

IAS 39 – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

A Companhia analisou os impactos dessas alterações nas suas demonstrações financeiras, e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre estas informações financeiras intermediárias.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2014	31/12/2013
Contas Bancárias	61.634	56.289
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	338.390	609.436
Overnight	105.772	-
Outros	25.663	20.244
	469.825	629.680
	531.459	685.969

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras do fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desse Fundo ficar alocada em operações de “overnight” que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, na contratação.

	30/09/2014	31/12/2013
Certificados de depósitos bancários	80.587	13.579
Letras Financeiras – Bancos	144.346	52.733
Letras Financeiras do Tesouro	56.951	3.358
Debêntures	52.727	15.142
Outros	3.413	2.838
	338.024	87.650
Ativo Circulante	332.727	79.642
Ativo Não Circulante	5.297	8.008

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas, está apresentada na Nota Explicativa nº 25.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/09/2014	31/12/2013
Residencial	513.566	220.226	186.714	920.506	822.346
Industrial	210.538	31.875	143.126	385.539	381.979
Comércio, Serviços e Outras	283.259	54.538	99.886	437.683	407.101
Rural	104.104	26.008	25.865	155.977	120.451
Poder Público	71.332	13.072	4.482	88.886	90.338
Iluminação Pública	28.321	1.944	11.030	41.295	43.666
Serviço Público	44.483	4.446	21.058	69.987	68.780
Subtotal – Consumidores	1.255.603	352.109	492.161	2.099.873	1.934.661
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	-	-	18
Concessionários – Transporte de Energia	66.093	4.191	151.335	221.619	230.265
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	879	879	979
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(582.739)	(538.939)
	1.321.696	356.300	644.375	1.739.632	1.626.984
Ativo Circulante				1.523.788	1.438.389
Ativo Não Circulante				215.844	188.595

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Classe de Consumidor	30/09/2014	31/12/2013
Residencial	166.022	148.819
Industrial	288.817	265.363
Comércio, Serviços e Outras	86.766	77.937
Rural	16.032	16.488
Poder Público	9.804	10.070
Iluminação Pública	5.512	10.139
Serviço Público	9.786	10.123
	582.739	538.939

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/12/2013	Constituições	Baixas	30/09/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	538.939	88.907	(45.107)	582.739

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS a Recuperar	84.715	82.076
COFINS	38.486	175.778
PIS-PASEP	8.356	27.300
Outros	2.429	2.130
	133.986	287.284
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	219.238	214.084
COFINS	81.632	99.266
PIS-PASEP	17.656	21.499
	318.526	334.849
	452.512	622.133

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes, principalmente, de aquisições de Ativo Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2014.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		
Imposto de Renda	33.301	111.920
Contribuição Social	14.926	44.523
	48.227	156.443

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	30/09/2014	31/12/2013
Ativos Fiscais Diferidos		
Obrigações Pós-Emprego	426.687	402.616
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	238.914	105.561
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	205.992	191.100
Tributos com Exigibilidade Suspensa (2)	153.155	153.155
Ativo Financeiro	9.019	-
Provisões	61.650	61.780
Taxa de Administração (1)	8.305	8.586
Outros	23.761	20.664
	1.127.483	943.462
Passivos Fiscais Diferidos		
Atualização do Ativo Financeiro	-	(1.658)
Encargos Capitalizados (1)	(56.316)	(40.906)
Custo de Captação (1)	(2.143)	(3.212)
	(58.459)	(45.776)
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	1.069.024	897.686

(1) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS;

(2) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	897.686
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	171.338
Saldo em 30 de setembro de 2014	1.069.024

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/09/2014	30/09/2013
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	27.634	690.538
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa Nominal)	(9.396)	(234.783)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	4.319	6.401
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.182)	(1.417)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.361)	(1.683)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	79	2.654
Multas Indedutíveis	(3.774)	(6.065)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(8.890)	-
Outros	(2.385)	(1.695)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(21.229)	(234.905)
Alíquota Efetiva	76,82%	34,02%
Corrente	(192.567)	(201.019)
Diferido	171.338	(33.886)

	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	117.422	96.261
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(39.923)	(32.729)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	2.547	2.384
Contribuições e Doações Indedutíveis	(498)	(351)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(86)	(217)
Multas Indedutíveis	(962)	(1.077)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(2.829)	-
Outros	(2.371)	(818)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(44.122)	(32.808)
Alíquota Efetiva	37,58%	34,08%
Corrente	(98.625)	(76.336)
Diferido	54.503	43.528

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irrevogável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que deve ser manifestada em novembro de 2014, podendo ser alterada em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Em análise preliminar, a Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	30/09/2014	31/12/2013
Trabalhista	235.491	209.667
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio (JCP)	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS (1)	612.622	612.622
Outros	5.632	5.204
	623.954	623.526
Outros		
Regulatório	15.267	8.781
Cível	1.982	2.366
Relações de Consumo	2.279	2.525
Bloqueio Judicial	5.360	5.805
Outros	1.789	1.291
	26.677	20.768
	886.122	853.961

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15.

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Estes repasses foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias, em 30 de setembro de 2014, como receitas de subsídios, no montante de R\$431.651. Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$246.354, reconhecidos no ativo circulante.

11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termelétrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014.

O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – (CDE).

Ainda o mesmo decreto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL) homologará, mensalmente, os valores a serem pagos pela Conta-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente.

Define também que deverá ser mantido na Conta-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Estes repasses de CDE referentes ao período de janeiro a setembro de 2014 foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias, em 30 de setembro de 2014, como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, no montante de R\$2.089.735, dos quais foram recebidos R\$1.654.146 no período de janeiro a setembro de 2014. A diferença, no valor de R\$435.589, correspondente aos meses de agosto e setembro de 2014, R\$136.792 foram recebidos em outubro de 2014.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Atualização Financeira Líquida	Saldo em 30/09/2014
Ativos Financeiros da Concessão	5.063.802	584.372	(6.305)	(31.402)	5.610.467

Em 25 de março de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, no uso de suas atribuições, através do Despacho do Diretor-Geral nº 729, reconheceu parcialmente o pedido de reconsideração da Companhia no Recurso Administrativo interposto pela Companhia contra o Despacho nº 689/2013, aprovando novo valor para a Base de Remuneração Regulatória – (BRR) da Concessionária, cujo valor passou a ser de R\$5.849.143, representando um acréscimo de R\$337.375.

A Companhia analisou o resultado do julgamento e as eventuais possibilidades adicionais de questionamento. Após análises internas detalhadas e considerando as expectativas de sucesso em eventual recurso junto à Agência Reguladora ou em esfera judicial, decidiu por ajustar, no segundo trimestre de 2014, a Base de Remuneração Regulatória aprovada pela ANEEL, conforme mencionado no parágrafo anterior, cujo efeito foi uma reversão de atualização do ativo financeiro da concessão, no montante de R\$110.398, reconhecido em contrapartida do resultado financeiro.

13. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição de saldo em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

	30/09/2014			31/12/2013		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão						
Líquidos	6.641.923	(6.045.702)	596.221	6.608.618	(5.754.072)	854.546
Intangível em Curso	966.706	-	966.706	1.066.352	-	1.066.352
Total Intangível	7.608.629	(6.045.702)	1.562.927	7.674.970	(5.754.072)	1.920.898

b) Muta o do Ativo Intangível em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

	Saldo em 31/12/2013	Adi�es	Transferências	Baixas	Amortiza�o	Saldo em 30/09/2014
Intangível	1.920.898	546.100	(584.372)	(1.366)	(318.333)	1.562.927

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

14. FORNECEDORES

	30/09/2014	31/12/2013
Energia de curto prazo - CCEE	650.856	73.724
Encargos de uso da rede elétrica	65.063	45.984
Energia elétrica comprada para revenda	170.822	348.782
Itaipu binacional	140.890	179.924
Materiais e serviços	159.767	211.448
	1.187.398	859.862
Circulante	1.187.398	853.825
Não Circulante (*)	-	6.037

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial como outros passivos não circulantes

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇOES

Impostos, Taxas e Contribui es

As obriga es não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cáculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensa o dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autoriza o para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até fato gerador de Julho/2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cáculo, optou por fazer os recolhimentos mensalmente dos impostos.

	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS	277.067	255.844
COFINS	47.036	35.018
PIS-PASEP	10.212	7.603
INSS	11.998	15.286
ISSQN	5.870	6.277
Outros	8.022	11.189
	360.205	331.217
Não Circulante		
COFINS	463.812	491.506
PIS-PASEP	100.697	106.709
	564.509	598.215
	924.714	929.432

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/09/2014						31/12/2013
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus							
Diversos (1)	2024	Diversas	USD	2.111	24.684	26.795	32.345
KFW	2016	4,5	EUR	2.099	3.063	5.162	6.384
Dívida em Moeda Estrangeira				4.210	27.747	31.957	38.729
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	104.818	-	104.818	101.744
Banco do Brasil S.A	2015	108,5% do CDI*	R\$	211.074	-	211.074	384.045
Banco do Brasil S.A	2015	99,5% do CDI	R\$	230.774	-	230.774	212.469
Banco do Brasil S.A	2016	104,25 do CDI	R\$	-	686.298	686.298	634.428
Banco do Brasil S.A	2017	108,33 % do CDI	R\$	73.833	132.079	205.912	208.611
Nota Promissória 7ª Emissão	2015	105,00 do CDI	R\$	1.274.243	-	1.274.243	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	74.720	197.943	272.663	334.090
Grandes Consumidores (2)	2018	Diversas	R\$	5.203	1.756	6.959	6.708
Dívida em Moeda Nacional				1.974.665	1.018.076	2.992.741	1.882.095
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.978.875	1.045.823	3.024.698	1.920.824
Debêntures 1ª série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	28.488	410.412	438.900	442.272
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,7	R\$	34.170	1.192.243	1.226.413	1.188.288
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,1	R\$	22.154	711.252	733.406	711.380
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	36.228	584.067	620.295	560.983
Debêntures 1ª Emissão (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	-	-	-	424.172
Total de Debêntures				121.040	2.897.974	3.019.014	3.327.095
Total Geral				2.099.915	3.943.797	6.043.712	5.247.919

(1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88% ao ano.

(2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das seguintes empresas: CMM: IGPDI+ 6%; Mineradora Serra da Fortaleza: IGPDI+ 6%; MANNESMANN: TR+9%

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

*O circulante compõe-se de Juros provisionados no período e Custo de captação a serem apropriados no resultado em 12 meses.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	2.111	-	-	-	-	-	-	24.684	26.795
Euro	1.078	2.042	2.042	-	-	-	-	-	5.162
Total por Moedas	3.189	2.042	2.042	-	-	-	-	24.684	31.957
Indexadores									
IPCA (1)	92.831	194.296	194.294	194.295	-	393.153	393.546	1.117.698	2.580.113
UFIR/RGR (2)	20.613	67.411	49.732	40.202	35.362	23.562	20.465	15.316	272.663
CDI (3)	333.788	1.675.521	665.739	66.189	410.781	-	-	-	3.152.018
TR (4)	1.622	-	-	386	96	-	-	-	2.104
IGP-DI (5)	2.392	581	704	704	476	-	-	-	4.857
Total por Indexadores	451.246	1.937.809	910.469	301.776	446.715	416.715	414.011	1.133.014	6.011.755
Total Geral	454.435	1.939.851	912.511	301.776	446.715	416.715	414.011	1.157.698	6.043.712

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);

(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);

(4) Taxa Referencial (TR);

(5) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda - variação %	30/09/2014	30/09/2013	Indexador - variação %	30/09/2014	30/09/2013
Dólar Norte-Americano	4,63	9,13	IGP-M	1,75	3,70
Euro	(4,06)	11,97	CDI	7,83	5,62
			IPCA	4,61	3,79

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.247.919
Empréstimos Obtidos	1.210.000
Varição Monetária e Cambial	114.263
Encargos Financeiros Provisionados	357.805
Encargos Financeiros Pagos	(294.653)
Amortização de Financiamentos	(591.622)
Saldo em 30 de setembro de 2014	6.043.712

Foram transferidos R\$311.453 para o curto prazo em 2014 em decorrência do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes.

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/09/2014	30/09/2013
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	357.805	289.886
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(49.468)	(28.188)
Efeito Líquido no Resultado	308.337	261.698

O valor do encargo capitalizado no montante de R\$49.468 foi excluído na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Captações de Recursos

A captação de recursos em 2014 foi como segue:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Nota Promissória – 7ª Emissão	2015	105,00 do CDI	1.210.000
Total de Captações			1.210.000

Em abril de 2014, a Companhia concluiu a 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 121 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000 na data de emissão, qual seja, 8 de abril de 2014, totalizando R\$1.210.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados ao pagamento de dívidas e à realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 03 de abril de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 105% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig D conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em 04 de abril de 2014, a Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$200 milhões, contratadas com o Banco do Brasil. A data de vencimento era 04 de abril de 2014, a qual foi prorrogada para 04 de abril de 2015. O empréstimo aufere juros de 108,5% do CDI ao ano.

Garantias

Em 30 de setembro de 2014, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
Notas Promissórias e Aval	4.253.917
Recebíveis	1.162.541
Sem Garantia	627.254
TOTAL	6.043.712

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 30 de setembro de 2014, possuem as seguintes características:

	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	COVENANTS	Saldo em 30/09/2014	Saldo em 31/12/2013
CEMIG D (1)(2) 1ª Série 3ª Emissão	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	438.900	442.272
CEMIG D (1)(2) 2ª Série 3ª Emissão	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,7	Não há	1.226.413	1.188.288
CEMIG D (1 (2)) 3ª Série 3ª Emissão	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,1	Não há	733.406	711.380
CEMIG D (1)(2) 2ª Emissão	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96	Não há	620.295	560.983
CEMIG D (1)(2) 1ª Emissão	Simples não Conversíveis	Quirografária	IGP-M + 10,5	Não há	-	424.172
TOTAL					3.019.014	3.327.095

- (1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria;
- (2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (*cross default*);

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia não possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”).

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2014	31/12/2013
Eficiência Energética	148.099	123.420
Pesquisa e Desenvolvimento	10.772	37.815
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	17.405	10.126
Reserva Global de Reversão – RGR	30.259	30.259
Encargos de Capacidade Emergencial	31.010	31.018
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.037	1.633
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
	239.789	235.478
Passivo Circulante	73.086	125.534
Passivo Não Circulante	166.703	109.944

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	585.207	737.236	20.848	424.877	1.768.168
Despesa (Receita) reconhecida no resultado	54.477	71.810	2.032	40.677	168.996
Contribuições Pagas	(57.897)	(36.190)	(1.118)	(6.415)	(101.620)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2014	581.787	772.856	21.762	459.139	1.835.544
Passivo Circulante em 30 de setembro de 2014					107.460
Passivo Não Circulante em 30 de setembro de 2014					1.728.084

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig D, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2014
Trabalhistas	99.201	39.442	(2.658)	(10.066)	125.919
Cíveis					
Relações de Consumo	22.628	6.829	(6.130)	(6.992)	16.335
Outras Ações Cíveis	16.272	6.329	-	(3.132)	19.469
	38.900	13.158	(6.130)	(10.124)	35.804
Tributárias	5.491	4.660	(6.856)	(882)	2.413
Ambientais	42	7	-	-	49
Regulatórias	29.832	617	(19.553)	(143)	10.753
Outras	8.239	83	(1.862)	(75)	6.385
Total	181.705	57.967	(37.059)	(21.290)	181.323

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por nossos empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$503.638 (R\$375.612 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$125.919 foram provisionados (R\$99.201 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$20.105 (R\$48.850 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$16.335 foram provisionados (R\$22.628 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$145.309 (R\$112.568 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$19.469 (R\$16.272 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$16.410 (R\$12.922 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$2.413 foram provisionados (R\$5.491 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$94.314 (R\$99.246 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$10.753 foram provisionados (R\$29.832 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$106.493 (R\$52.241 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$6.434 foram provisionados (R\$8.239 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$167.497 (R\$156.745 em 31 de dezembro de 2013).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas no período de janeiro de 2007 a março de 2011: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$589.701 (R\$556.525 em 31 de dezembro de 2013). O aumento da contingência decorre de novos autos de infração emitidos pela Receita Federal do Brasil, notificados à Companhia em agosto de 2014, relativos ao período de janeiro de 2009 a março de 2011. A companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$75.521 (R\$140.838 em 31 de dezembro de 2013) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota, motivo da redução apresentada no período.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter adicionado ou ter deduzido, indevidamente, da base de cálculo da CSLL os valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$60.736. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter argumento de mérito na defesa do referido auto.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$21.134 (R\$17.025 em 31 de dezembro de 2013).

Adicionalmente, a Companhia é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.397.777 (R\$1.273.863 em 31 de dezembro de 2013), para os quais a Controladora da Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$184.346 (R\$142.496 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$219.345 (R\$177.562 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível por se tratar de uma ação inédita com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. O montante desta contingência é de R\$57.528, em 30 de setembro de 2014. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível por se tratar de uma fiscalização inédita a cerca da aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

Outros Passivos Contingentes

Quebra de Contrato – Programa Luz Para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$176.209 (R\$155.150 em 31 de dezembro de 2013) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2014, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2014 e 2013, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Lucro / prejuízo por ação

O Lucro (prejuízo) por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2014	30/09/2013
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Resultado do Período	6.405	455.633
Lucro Líquido (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,0028	0,2014

	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Lucro (Prejuízo) do período	73.300	63.453
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$)	0,0324	0,0281

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Dividendos Extraordinários

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de junho de 2014, deliberou pagar dividendos extraordinários, com utilização de recursos das Reservas de Lucros, no montante de R\$170.000.

Após a destinação dos dividendos extraordinários as reservas ficaram compostas conforme segue:

	2013	2013
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	184.981	184.981
Reserva de Retenção de Lucros		
Saldo anterior	242.824	242.824
Dividendos extraordinários	(170.000)	-
	72.824	242.824
	257.805	427.805

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/09/2014	30/09/2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	8.393.167	7.281.932
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	639.146	806.384
Transações com Energia na CCEE	-	184.438
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	546.100	616.958
Outras Receitas Operacionais (d)	783.270	559.793
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(2.923.769)	(2.649.914)
	7.437.914	6.799.591

	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	2.919.327	2.459.013
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	216.676	214.461
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	221.951	195.132
Outras Receitas Operacionais (d)	250.104	231.931
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(1.010.333)	(845.253)
	2.597.725	2.255.284

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Residencial	7.457.447	7.039.710	3.804.315	3.376.992
Industrial	3.031.604	2.996.085	1.101.352	986.295
Comércio, Serviços e Outros	4.446.326	4.212.720	1.959.397	1.689.488
Rural	2.536.460	2.245.794	668.069	553.382
Poder Público	653.516	636.012	274.954	243.880
Iluminação Pública	966.373	947.598	261.787	232.758
Serviço Público	956.732	925.918	283.063	244.746
Subtotal	20.048.458	19.003.837	8.352.937	7.327.541
Consumo Próprio	27.666	25.724	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	40.230	(45.609)
Total	20.076.124	19.029.561	8.393.167	7.281.932

	MWh (*)		R\$	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Residencial	2.430.127	2.343.749	1.296.048	1.096.310
Industrial	1.028.481	1.025.795	391.934	339.950
Comércio, Serviços e Outros	1.389.899	1.353.431	651.575	545.076
Rural	947.761	910.719	254.873	209.112
Poder Público	208.582	209.886	93.735	80.421
Iluminação Pública	323.305	317.629	93.597	77.680
Serviço Público	348.829	316.123	106.658	85.606
Subtotal	6.676.984	6.477.332	2.888.420	2.434.155
Consumo Próprio	8.611	8.338	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	30.907	24.858
Total	6.685.595	6.485.670	2.919.327	2.459.013

(*) Valores em MWh informados não revisado pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão.

Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 13 e 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

d) Outras Receitas Operacionais

	30/09/2014	30/09/2013
Serviço Taxado	6.978	8.052
Outras Prestações de Serviços	8.981	9.344
Subvenções (*)	586.677	488.725
Aluguel e Arrendamento	62.171	17.848
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	117.737	35.301
Outras	726	523
	783.270	559.793

	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Serviço Taxado	2.649	2.103
Outras Prestações de Serviços	3.384	2.362
Subvenções (*)	201.409	181.596
Aluguel e Arrendamento	21.086	15.467
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	21.272	30.361
Outras	304	42
	250.104	231.931

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

e) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/09/2014	30/09/2013
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.877.488	1.695.382
PIS-PASEP	150.637	137.530
COFINS	693.844	633.473
ISSQN	343	221
	2.722.312	2.466.606
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	32.657	29.886
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	142.087	91.129
Quota para Conta de Consumo de Combustível-CCC	-	25.645
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	13.063	15.241
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	12.870	7.587
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	6.435	5.590
Encargos Adicionais Lei 12.111/09 (recuperação de despesas) (1)	(5.655)	8.230
	201.457	183.308
	2.923.769	2.649.914

	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Impostos sobre a Receita		
ICMS	642.053	545.932
PIS-PASEP	52.291	44.504
COFINS	240.856	204.991
ISSQN	117	92
	935.317	795.519
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	11.401	9.679
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	52.215	30.376
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	4.560	3.872
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	4.560	3.871
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	2.280	1.936
	75.016	49.734
	1.010.333	845.253

(1) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro trimestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2014	30/09/2013
Pessoal (a)	634.019	694.898
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	136.473	54.895
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	114.519	89.130
Materiais	36.909	36.121
Serviços de Terceiros (b)	529.559	530.848
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	4.017.276	2.925.655
Amortização	318.011	313.483
Provisões Operacionais (d)	109.815	127.185
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	414.671	275.724
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	546.100	616.958
Outras Despesas Líquidas (f)	213.647	191.219
	7.070.999	5.856.116

	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Pessoal (a)	211.900	201.745
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	38.794	17.562
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	38.173	29.710
Materiais	12.662	13.097
Serviços de Terceiros (b)	187.673	169.736
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.255.560	1.103.727
Amortização	107.624	100.367
Provisões Operacionais (d)	66.063	53.762
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	155.834	103.736
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	221.951	195.132
Outras Despesas Líquidas (f)	65.040	82.314
	2.361.274	2.070.888

a) Despesas com Pessoal	30/09/2014	30/09/2013
Remunerações e Encargos	556.272	527.030
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	36.819	35.623
Benefícios Assistenciais	75.189	73.798
	668.280	636.451
(-) Custos com Pessoal Transferidos para o ativo	(34.149)	(20.798)
Provisão (reversão de provisão) referente aos Programas de Desligamento de Empregados	(112)	79.245
	634.019	694.898

a) Despesas com Pessoal	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Remunerações e Encargos	187.203	172.354
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	11.482	11.305
Benefícios Assistenciais	25.046	23.912
	223.731	207.571
(-) Custos com Pessoal Transferidos para o ativo	(12.104)	(6.465)
Provisão referente aos Programas de Desligamento de Empregados	273	639
	211.900	201.745

b) Serviços de Terceiros	30/09/2014	30/09/2013
Agentes Arrecadadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	134.027	132.924
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	129.733	117.541
Comunicação	50.210	52.819
Conservação e Limpeza de Prédios	46.090	47.159
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	-	24.859
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	19.410	22.217
Corte e Religação	12.167	14.680
Podas de Árvores	15.737	16.669
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	14.878	15.966
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	21.765	16.187
Mão de Obra Contratada	3.162	9.138
Hospedagem e Alimentação	8.437	6.962
Vigilância	7.628	5.613
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	3.868	4.414
Manutenção e Conservação de Veículos	5.789	4.395
Reprografia e Publicações Legais	3.614	4.426
Inspeção de Unidades Consumidoras	3.202	3.339
Fretes e Passagens	2.935	2.102
Consultoria	8.735	1.047
Meio Ambiente	1.207	1.062
Outros	36.965	27.329
	529.559	530.848

b) Serviços de Terceiros	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Agentes Arrecadadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	45.232	43.789
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	40.653	29.088
Comunicação	17.894	18.426
Conservação e Limpeza de Prédios	17.691	18.321
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	8.492	7.573
Corte e Religação	5.031	3.856
Podas de Árvores	5.880	5.895
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	5.225	6.997
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	5.839	9.819
Mão de Obra Contratada	779	3.176
Hospedagem e Alimentação	3.202	2.783
Vigilância	2.639	2.180
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	1.195	1.074
Manutenção e Conservação de Veículos	1.951	1.333
Reprografia e Publicações Legais	1.626	1.791
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.005	1.307
Fretes e Passagens	1.003	853
Consultoria	5.990	462
Meio Ambiente	271	626
Outros	16.075	10.387
	187.673	169.736

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/09/2014	30/09/2013
Energia de Itaipu Binacional	610.958	750.369
Contratos por Cotas de Garantia Física	164.077	170.955
Cotas das Usinas de Angra I e II	133.220	112.558
Energia de Curto Prazo	831.046	175.464
Contratos Bilaterais	231.305	216.170
Energia adquirida em Leilão	2.249.709	1.583.627
PROINFA	197.411	191.127
Créditos de PASEP/COFINS	(400.450)	(274.615)
	4.017.276	2.925.655

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Energia de Itaipu Binacional	208.304	272.637
Contratos por Cotas de Garantia Física	53.869	60.511
Cotas das Usinas de Angra I e II	44.406	37.519
Energia de Curto Prazo	(30.5'01)	173.600
Contratos Bilaterais	81.019	74.915
Energia adquirida em Leilão	957.330	530.031
PROINFA	65.804	63.709
Créditos de PASEP/COFINS	(124.671)	(109.195)
	1.255.560	1.103.727

d) Provisões Operacionais	30/09/2014	30/09/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	88.907	46.982
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	36.784	66.977
Cíveis	7.028	(12.876)
Tributárias	(2.196)	4.386
Ambientais	7	(213)
Regulatórias	(18.936)	20.506
Outras	(1.779)	1.423
	20.908	80.203
	109.815	127.185

d) Provisões Operacionais	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	41.046	13.501
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	31.928	32.265
Cíveis	(877)	998
Tributárias	(6.315)	3.539
Ambientais	2	(258)
Regulatórias	115	3.476
Outras	164	241
	25.017	40.261
	66.063	53.762

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	30/09/2014	30/09/2013
Pessoal	38.908	18.875
Materiais	236.961	240.848
Serviços de Terceiros	227.080	310.607
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	34.429	27.559
Outros	8.722	19.069
	546.100	616.958

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Pessoal	14.644	2.294
Materiais	101.408	70.103
Serviços de Terceiros	89.466	107.731
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	10.658	5.378
Outros	5.775	9.626
	221.951	195.132

f) Outras Despesas Líquidas	30/09/2014	30/09/2013
Arrendamentos e Aluguéis	57.435	56.494
Propaganda e Publicidade	14.161	1.335
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.552	8.848
Subvenções e Doações	6.354	7.411
Taxa de Fiscalização da ANEEL	11.124	15.198
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	77.209	55.267
Contribuição à CCEE	2.400	2.720
Seguros	1.486	1.158
Forluz – Custeio Administrativo	12.057	12.124
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	35.410	34.728
Outras (Recuperação de Despesas)	(15.541)	(4.064)
	213.647	191.219

f) Outras Despesas Líquidas	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Arrendamentos e Aluguéis	19.709	20.674
Propaganda e Publicidade (recuperação de despesas)	7.482	(524)
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.697	1.867
Subvenções e Doações	2.784	2.078
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.112	4.899
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	24.396	21.982
Contribuição à CCEE	837	914
Seguros	486	369
Forluz – Custeio Administrativo	3.999	4.035
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	3.525	29.403
Outras (Recuperação de Despesas)	(4.987)	(3.383)
	65.040	82.314

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/09/2014	30/09/2013
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	74.708	50.435
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	115.744	117.662
Variações Cambiais	13.846	10.608
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 25)	-	1.005
Variações Monetárias	9.226	6.879
Multas Contratuais	7.665	15.889
Outras	6.051	8.916
	227.240	211.394
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(308.337)	(261.698)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(54.477)	(50.788)
Variações Cambiais	(9.892)	(29.408)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(118.788)	(72.034)
Variação Monetária de P&D e PEE	(11.039)	(8.309)
Outras Variações Monetárias	(5.004)	(2.654)
Atualização do Ativo Financeiro	(31.402)	-
Outras	(27.582)	(39.440)
	(566.521)	(464.331)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(339.281)	(252.937)

	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	26.117	22.953
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	36.132	32.612
Variações Cambiais	(3.301)	2.461
Variações Monetárias	2.413	2.382
Multas Contratuais	1.620	3.411
Outras	2.084	1.811
	65.065	65.630
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(116.582)	(93.335)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(12.462)	(11.779)
Variações Cambiais	(4.645)	(18.617)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(5.096)	(18.477)
Variação Monetária de P&D e PEE	(3.938)	(3.427)
Outras Variações Monetárias	(1.858)	(616)
Atualização do Ativo Financeiro	(30.075)	-
Outras	(9.438)	(7.514)
	(184.094)	(153.765)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(119.029)	(88.135)

Todas as variações expressivas nas contas de resultado são explicadas no comentário de desempenho, neste relatório.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	961	-	-	(14.695)	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	-	245.127	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	9.901	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	13.002	-	-	(1.620)	-
Operações com Energia Elétrica (2)	2.738	3.102	12.612	15.815	26.569	27.540	(93.658)	(104.312)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	23.600	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.596	180	-	-	(2.565)	-
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	305	9.267	7.996	4.156	3.945	(75.163)	(72.294)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	316	306	-	-	2.591	2.326	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	10.198	7.103	-	-	2.522	3.211	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	3.302	6.646	1.392	993	(8.863)	(7.934)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.559	1.818	-	-	(13.823)	(11.553)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	502	368	-	-	(2.548)	(5.019)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	472	-	-	-	(7.675)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	520	331	-	-	(4.378)	(4.175)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	12.361	20.695	-	-	75.851	64.142	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	45.633	41.613	-	-	(54.477)	(50.788)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(36.819)	(35.623)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(12.057)	(12.124)
Arrendamento Operacional (9)	-	-	1.108	758	-	-	(9.383)	(6.759)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	536.154	543.594	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	52.558	48.359	-	-	(73.842)	(49.522)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	742.060	709.725	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e subtransmissão, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (7) Contribuições da companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Aluguel do edifício sede;
- (10) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 14, 16, 18, 21 e 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha, da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros no fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras correspondentes à participação da Cemig Distribuição no fundo de investimento, em 30 de setembro de 2014, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig D 17,59%
Guanhães	Debêntures	106,00% do CDI	20/10/2014	13.627
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	1.894
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	9.557
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	1.825
Guanhães	Notas Promissórias	110,00% do CDI	11/10/2014	16.685
Cemig GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	3.623
				47.211

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da Administração são integralmente custeados pela controladora.

A tabela abaixo demonstra os custos com a Administração registrados na controladora.

	30/09/2014	30/09/2013
Remuneração	6.418	6.087
Participação nos Resultados	1.775	1.722
Benefícios Pós Emprego	619	583
Benefícios Assistenciais	217	92
Total	9.029	8.484

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ) e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, os Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia e Fundos Vinculados, Subvenção de Baixa Renda e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;

- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,85%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 6,00%, CDI + 0,65% a 0,90%, IGPM 4,70% a 5,10%, taxa fixa 8,5% a 11,07% a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	469.825	469.825	629.680	629.680
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.739.632	1.739.632	1.626.984	1.626.984
Depósitos Vinculados a Litígio	886.122	886.122	853.961	853.961
Subvenção Baixa Renda	33.855	33.855	26.886	26.886
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	681.943	681.943	174.613	174.613
Fundos Vinculados	761	761	1.772	1.772
	3.812.138	3.812.138	3.313.896	3.313.896
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão	5.610.467	5.610.467	5.063.802	5.063.802
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	42.578	42.365	30.932	30.867
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	295.446	295.446	56.718	56.718
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	1.187.398	1.187.398	853.825	853.825
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.043.712	6.109.624	5.247.919	5.298.044
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	581.787	581.787	585.207	585.207
	7.812.897	7.878.809	6.686.951	6.737.076

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2013, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2014		31/12/2013	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	10.932	26.795	13.807	32.345
Fornecedores (Itaipu Binacional)	59.932	140.890	76.982	179.924
	70.864	167.685	90.789	212.269
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	1.668	5.162	1.974	6.384
Passivo Líquido Exposto		172.847		218.653

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2015 será uma valorização de 3,02% para o dólar (R\$2,525) e uma valorização de 1,97% para o Euro (R\$3,1563). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2014	Cenário	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 16)</i>	26.795	27.604	34.505	41.406
Fornecedores (Itaipu Binacional)	140.890	145.144	181.430	217.716
	167.685	172.748	215.935	259.122
Euro				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 16)</i>	5.162	5.263	6.579	7.895
Passivo Líquido Exposto	172.847	178.011	222.514	267.017
Efeito Líquido da Variação Cambial		5.164	49.667	94.170

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	30/09/2014	31/12/2013
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras <i>(nota 4)</i>	469.825	629.680
Títulos e Valores Mobiliários <i>(Nota 5)</i>	338.024	87.650
Fundos Vinculados	761	1.772
	808.610	719.102
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI <i>(nota 16)</i>	(3.152.018)	(1.983.570)
	(3.152.018)	(1.983.570)
Passivo Líquido Exposto	(2.343.408)	(1.264.468)

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2015, a taxa SELIC será de 12%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/09/2014	30 de setembro de 2015		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 12%	Cenário SELIC 15%	Cenário SELIC 18%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras <i>(nota 4)</i>	469.825	526.204	540.299	554.394
Títulos e Valores Mobiliários <i>(Nota 5)</i>	338.024	378.587	388.728	398.868
Fundos Vinculados	761	852	875	898
	808.610	905.643	929.902	954.160
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI <i>(Nota 16)</i>	(3.152.018)	(3.530.260)	(3.624.821)	(3.719.381)
	(3.152.018)	(3.530.260)	(3.624.821)	(3.719.381)
Passivo Líquido Exposto	(2.343.408)	(2.624.617)	(2.694.919)	(2.765.221)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(281.209)	(351.511)	(421.813)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações em 30 de setembro de 2014, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/09/2014	31/12/2013
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12) (*)	4.383.993	5.063.802
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.580.113)	(2.460.652)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 16)	-	(424.172)
	(2.580.113)	(2.884.824)
Ativo Líquido Exposto	1.803.880	2.178.978

(*) Valor do ativo financeiro homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2015, a taxa IPCA será de 6,49% e o IGP-M de 4,22%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2014	30 de setembro de 2015		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 6,49% IGP-M 4,22%	Cenário IPCA 8,11% IGP-M 2,28%	Cenário IPCA 9,74% IGP-M 6,33%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12)	4.383.993	4.568.998	4.615.468	4.661.500
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.580.113)	(2.747.562)	(2.789.360)	(2.831.416)
Ativo Líquido Exposto	1.803.880	1.821.436	1.826.108	1.830.084
Efeito Líquido da Variação do IPCA		17.556	22.228	26.204

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	143.715	312.294	1.853.878	3.457.346	2.876.685	8.643.918
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	13.075	19.882	54.668	371.481	542.278	1.001.384
	156.790	332.176	1.908.546	3.828.827	3.418.963	9.645.302
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.088.612	-	-	-	-	1.088.612
	1.245.402	332.176	1.908.546	3.828.827	3.418.963	10.733.914

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída em 30 de setembro de 2014, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$582.739.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)*
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Não há	Entre 5,0% e 8,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Não há	Entre 0,0% e 7,0%

* o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 2013, instrumentos derivativos contratados com o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não eram utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 30 de setembro de 2013 no montante de R\$1.005, registrado no resultado financeiro. As operações com derivativos foram liquidadas no decurso de 2013, portanto a Companhia não possui, em 30 de setembro de 2014 nenhuma operação desta natureza em aberto.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/09/2014	31/12/2013
Total do Passivo	10.998.073	10.005.078
Caixa e Equivalentes de Caixa	(531.459)	(685.969)
Fundos Vinculados	(761)	(1.772)
Passivo Líquido	10.465.853	9.317.337
Total do Patrimônio Líquido	2.329.263	2.492.858
Capital Ajustado	2.329.263	2.492.858
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	4,49	3,74

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/09/2014	Valor justo em 30 de setembro de 2014		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	69.747	-	69.747	-
Letras Financeiras – Bancos	113.080	-	113.080	-
Letras Financeiras do Tesouro	56.951	56.951	-	-
Debêntures	52.727	-	52.727	-
Outros	2.941	-	2.941	-
	295.446	56.951	238.495	-
Fundos Vinculados	761	-	761	-
Ativos Financeiros da Concessão	5.610.467	-	-	5.610.467
	5.906.674	56.951	239.256	5.610.467

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

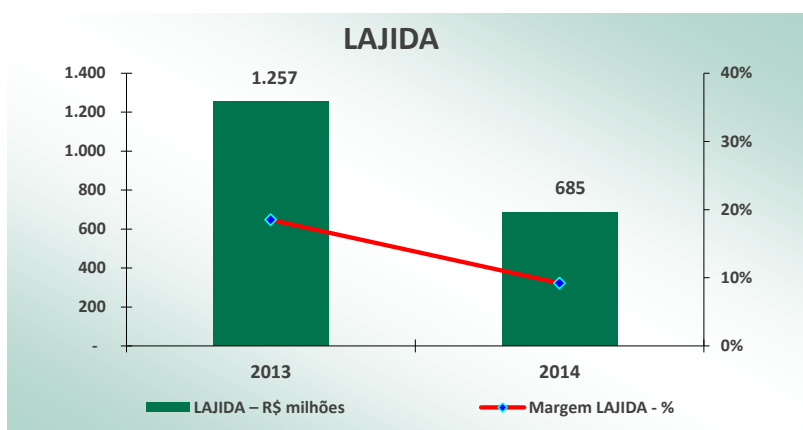
Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a setembro de 2014, um Lucro de R\$6.405 em comparação ao Lucro Líquido de R\$455.633, no mesmo período de 2013. Este resultado deve-se, basicamente, ao aumento de 37,31% dos custos com energia comprada para revenda em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequente aumento do preço da energia no mercado atacadista. Deve ser destacado que a maior parte desse custo adicional não está incluída nas tarifas vigentes e será ressarcida à Companhia no próximo reajuste tarifário.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 45,51% no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação com o mesmo período de 2013:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2014	30/09/2013	Var. %
Resultado do Período	6.405	455.633	(98,59)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	21.229	234.905	(90,96)
+ Resultado Financeiro Líquido	339.281	252.937	34,14
+ Amortização	318.011	313.483	1,44
= LAJIDA	684.926	1.256.958	(45,51)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013, deve-se, basicamente, ao aumento de 21,84% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização). Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 18,48%, no período de janeiro a setembro de 2013 para 9,21% no mesmo período de 2014.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$8.393.167, no período de janeiro a setembro de 2014, em comparação a R\$7.281.932, no mesmo período de 2013, representando um aumento de 15,26%. Os principais impactos na Receita, na comparação dos períodos de 2014 e 2013 em análise, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 5,50% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013 (efeito integral em 2014);
- reajuste tarifário anual, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	Quantidade de Consumidores			MWh		
	30/09/2014	30/09/2013	Var %	30/09/2014	30/09/2013	Var %
Residencial	6.443.404	6.188.823	4,11	7.457.447	7.039.710	5,93
Industrial	77.213	76.648	0,74	3.031.604	2.996.085	1,19
Comércio, Serviços e Outros	721.514	705.361	2,29	4.446.326	4.212.720	5,55
Rural	686.459	666.994	2,92	2.536.460	2.245.794	12,94
Poder Público	62.148	60.759	2,29	653.516	636.012	2,75
Iluminação Pública	3.660	3.547	3,19	966.373	947.598	1,98
Serviço Público	10.232	9.512	7,57	956.732	925.918	3,33
Total	8.004.630	7.711.644	3,80	20.048.458	19.003.837	5,50

O mercado cativo residencial, comercial e rural apresentam, no período de janeiro a setembro de 2014, patamares mais elevados de consumo, decorrentes, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de 5,93% para a classe residencial principalmente pela incorporação de 254.581 consumidores, com expansão de 4,1% da base de faturamento da classe, com volume de ligações maior que a série histórica; condições climáticas, cujas temperaturas no início do ano de 2014 foram mais elevadas que as observadas em 2013. Em função desses fatores, ocorreu aumento de 2,3% no consumo médio mensal por consumidor, atingindo 130,8 kWh/mês que é o maior valor desde o período de janeiro a setembro de 2002.
- crescimento de 5,55% para a classe comercial principalmente pela ligação de 16.160 consumidores, com incremento de 2,3% na base de faturamento da classe e pelas condições climáticas, com temperaturas mais elevadas no período de janeiro a setembro de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.
- crescimento de 12,94% para o mercado rural em função basicamente do aumento na atividade de irrigação, considerando o, associado ao nível de precipitação pluviométrica ter sido, abaixo da média histórica esperada para o período e a ocorrência de temperaturas mais elevadas, com consequente aumento do consumo de irrigação.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No período de janeiro a setembro de 2014, a receita foi de R\$639.146 comparada a R\$806.384 do mesmo período de 2013, o que representou uma redução de 20,74%. Essa variação decorre, basicamente, de: (a) desaquecimento das atividades do setor industrial no período cujo impacto foi uma redução de 8,89% no volume de energia transportada; (b) impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2013 com redução de 33,22% e novo impacto percebido no reajuste de 08 de abril de 2014 com aumento de 8,79%.

Transações com Energia na CCEE

Esta receita está associada à exposição líquida positiva da Cemig Distribuição no mercado de curto prazo ocorrida no período de janeiro a setembro de 2013 cuja receita reconhecida foi de R\$184.438. Este resultado decorreu dos despachos das usinas térmicas pelo regulador, para garantia de suprimento de energia elétrica ao mercado nacional em 2013, o que ocasionou um excedente de energia advinda dos contratos por disponibilidade que foram liquidados no mercado de curto prazo, adicionado ao maior Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no período. Em 2014 a Companhia não teve excedente de energia para liquidação na CCEE.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$546.100, no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R\$616.958, do mesmo período de 2013, uma redução de 11,49%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 39,92% nos períodos comparados (R\$783.270 no período de janeiro a setembro de 2014, em comparação a R\$559.793 no mesmo período de 2013) decorrente, principalmente, dos fatores abaixo:

- aumento de R\$97.952 na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- glosas autorizadas pela CCEE, nas faturas de energia elétrica comprada proveniente de usinas termelétricas, decorrentes de geração inferior ao determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ocorridas no período de janeiro a setembro de 2014 no montante de R\$117.737 comparados a R\$35.301 no mesmo período de 2013.
- Aumento de R\$44.323 na receita de aluguéis e arrendamentos em função de reajustes contratuais e assinaturas de novos contratos.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no período de janeiro a setembro de 2014 foram de R\$2.923.769, comparados a R\$2.649.914 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 10,33%.

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Em 2013 os encargos referentes à CCC foram de R\$25.645, referente exclusivamente ao mês de janeiro de 2013.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$142.087, no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R\$91.129, no mesmo período de 2013, representando aumento de 55,92%.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos Adicionais Lei 12.111/09

No período de janeiro a setembro de 2014, a Companhia reconheceu uma redução de despesa no valor de R\$5.655, a título de ressarcimento autorizado pela ANEEL em função de ajustes retroativos em relação aos valores recolhidos em 2013. No mesmo período de 2013, o valor registrado nessa rubrica é uma despesa de R\$8.230.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$7.070.999 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R\$5.856.116 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 20,75%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.017.276 no período de janeiro a setembro de 2014 comparada a uma despesa de R\$2.925.655 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 37,31%.

Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Exposição involuntária em 2014 da Companhia ao mercado de curto prazo de energia aliado ao aumento do preço da energia no mercado atacadista em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Dessa forma, a Companhia teve uma despesa de R\$831.046 em 2014 na comparação com R\$175.464 em 2013;
- aumento de 42,06% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$2.249.709 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R\$1.583.627 no mesmo período de 2013, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas que foram despachadas, em sua totalidade, durante os nove meses de 2014 enquanto que, em 2013, aquelas de custos mais elevados, foram desligadas a partir do mês de julho.
- redução de 18,58% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$610.958 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R\$750.369 no mesmo período de 2013, em decorrência, dentre outros fatores, da redução de 29,04% na quantidade de energia comprada sendo 4.677.140 MWh em 2014 comparados a 6.591.321 MWh em 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real nos primeiros nove meses de 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior . O Dólar médio relativo às faturas no período de janeiro a setembro de 2014 foi de R\$2,29, em comparação a R\$2,12 do mesmo período de 2013, o que representou uma variação de 8,02%.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$414.671 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R\$275.724 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 50,39%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$634.019 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R\$694.898 no mesmo período de 2013, representando uma redução de 8,76%. Esta redução decorre, principalmente, do fato que em 2013 a despesa foi impactada de forma extraordinária pelos custos com o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), no valor de R\$79.245, e da maior transferência de recursos para obras em andamento (R\$34.149 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R\$20.798 no mesmo período de 2013). As reduções mencionadas foram parcialmente compensadas pelo reajuste salarial de 6,85% a partir de novembro de 2013.

Mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi uma despesa no montante de R\$136.473 no período de janeiro a setembro de 2014, comparado a uma despesa de R\$54.895 no mesmo período de 2013. Esta variação decorre basicamente de ajustes nos critérios de provisionamento, não sendo esperado para o acumulado do ano alterações significativas dos valores de PLR a serem provisionados na comparação de 2014 com 2013.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$546.100, no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R\$616.958, do mesmo período de 2013, uma redução de 11,49%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$109.815, no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a uma despesa de R\$127.185 do mesmo período de 2013.

Os principais efeitos são decorrentes de:

- redução de R\$30.193 nas contingências trabalhistas, em função de um maior volume de ações com mudança de probabilidade para perda provável em 2013 em comparação a 2014. Adicionalmente, contribuíram para esta redução, as baixas de provisões no montante de R\$11.850 em 2014, quando comparamos as posições de setembro de 2014 com setembro de 2013;

- variação de R\$39.442 nas contingências regulatórias, que foram um reversão de despesas no valor de R\$18.936 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a uma constituição de R\$20.506 no mesmo período de 2013. Esta variação decorre, principalmente, da provisão, em 2013, de ação regulatória onde se discutia a mensuração de indicadores de qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$20.315. Esta ação foi liquidada em abril de 2014 após ter seu valor reduzido pela ANEEL para R\$6.066 em fevereiro de 2014.
- aumento de R\$41.925 na provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido, principalmente, à constituição de provisão relativa ao provisionamento de decotes de CCC e CDE isolados, no montante de R\$23.361.

Outras Despesas Operacionais Líquidas

As outras Despesas Operacionais somaram um valor de R\$213.647 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R\$191.219 no mesmo período de 2013, o que representou um aumento de 11,73%. Esta variação decorre, principalmente, do PASEP e da COFINS incidentes sobre os repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa em 2014. O impacto nas outras despesas correspondente ao PASEP e a COFINS incidentes sobre tais receitas foi de R\$72.453 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R\$51.781 no mesmo período do ano anterior, um aumento de R\$20.672.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no período de janeiro a setembro de 2014, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$339.281, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$252.937 no mesmo período de 2013, um aumento de 34,14%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 48,13% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$74.708 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R\$50.435 do mesmo período de 2013, decorrente do maior volume de recursos aplicados em 2014;
- Despesa de R\$31.402 referente atualização do Ativo Financeiro. Os ativos da Base de Remuneração Regulatória da Companhia são atualizados pelo IGP-M, que apresentou em 2014 uma variação positiva de 1,75%, mas ocorreu no período um ajuste devedor de R\$110.398 em função da decisão final da Aneel em relação ao processo de revisão tarifária da Cemig, o que gerou o ajuste líquido negativo até o mês de setembro de 2014. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

- aumento de 17,82% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, R\$308.337 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R\$261.698 do mesmo período de 2013. Este resultado decorre substancialmente do aumento da dívida em função da captação de R\$1.210.000, em abril de 2014, indexado ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 7,83% no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação a 5,62% no mesmo período de 2013.
- aumento de 64,91% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, R\$118.788 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R\$72.034 do mesmo período de 2013. Este resultado decorre do maior saldo médio no período de janeiro a setembro de 2014 de empréstimos vinculados à inflação na comparação com o mesmo período de 2013 e, em menor parte, da maior variação do IPCA no período (4,61% no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação a 3,79% no mesmo período de 2013).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a setembro de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$21.229 em relação ao Resultado antes dos impostos de R\$27.634, representando um percentual de 76,82%. No período de janeiro a setembro de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$234.905 em relação ao Resultado antes dos impostos de R\$690.538, representando um percentual de 34,02%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2014 E 2013

	Terceiro Trim/2014	Terceiro Trim/2013	Var. %
RECEITA	2.597.725	2.255.284	15,18
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(211.900)	(201.745)	5,03
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(38.794)	(17.562)	120,90
Obrigações Pós-emprego	(38.173)	(29.710)	28,49
Materiais	(12.662)	(13.097)	(3,32)
Serviços de Terceiros	(187.673)	(169.736)	10,57
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.255.560)	(1.103.727)	13,76
Amortização	(107.624)	(100.367)	7,23
Provisões Operacionais	(66.063)	(53.762)	22,88
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(221.951)	(195.132)	13,74
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(155.834)	(103.736)	50,22
Outras Despesas Líquidas	(65.040)	(82.314)	(20,99)
	(2.361.274)	(2.070.888)	14,02
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	236.451	184.396	28,23
Receitas Financeiras	65.065	65.630	(0,86)
Despesas Financeiras	(184.094)	(153.765)	19,72
Resultado antes dos Impostos	117.422	96.261	21,98
Imposto de Renda e Contribuição Social	(98.625)	(76.336)	29,20
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.503	43.528	25,21
Resultado do Período	73.300	63.453	15,52

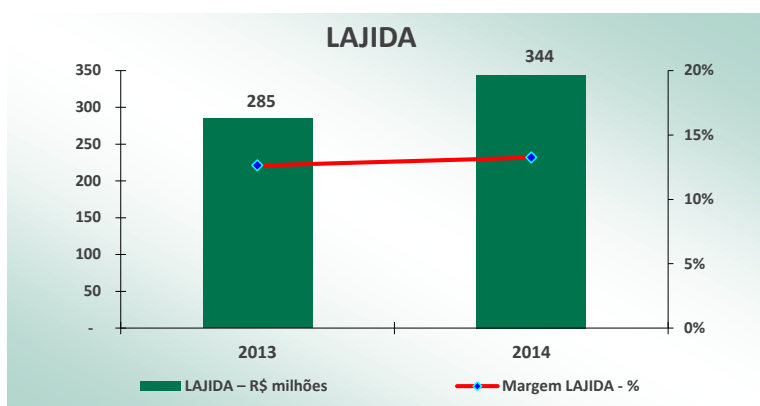
Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no terceiro trimestre de 2014, um lucro Líquido de R\$73.300, em comparação ao Lucro Líquido de R\$63.453, no terceiro trimestre de 2013. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 20,83% no terceiro trimestre de 2014 na comparação com o mesmo período de 2013:

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/2014	Terceiro Trim/2013	Var. %
Resultado do Período	73.300	63.453	15,52
+ Despesa de IR e Contribuição Social	44.122	32.808	34,49
+ Resultado Financeiro Líquido	119.029	88.135	35,05
+ Amortização	107.624	100.367	7,23
= LAJIDA	344.075	284.763	20,83



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no terceiro trimestre de 2014, em comparação ao terceiro trimestre de 2013, deve-se, principalmente, ao aumento de 15,18% na receita. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 12,63%, no terceiro trimestre de 2013, para 13,24%, no terceiro trimestre de 2014.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$2.919.327, no terceiro trimestre de 2014, em comparação a R\$2.459.013, no terceiro trimestre de 2013, representando um aumento de 18,72%. Os principais impactos na Receita, no terceiro trimestre de 2014, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 3,08% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	Terceiro Trim/2014	Terceiro Trim/2013	Var %
Residencial	2.430.127	2.343.749	3,69
Industrial	1.028.481	1.025.795	0,26
Comércio, Serviços e Outros	1.389.899	1.353.431	2,69
Rural	947.761	910.719	4,07
Poder Público	208.582	209.886	(0,62)
Iluminação Pública	323.305	317.629	1,79
Serviço Público	348.829	316.123	10,35
Total	6.676.984	6.477.332	3,08

O mercado cativo residencial e comercial representam, aproximadamente, 57,21% do mercado cativo total, e apresentaram um aumento no volume de energia faturada de 3,69% e 2,69%, respectivamente, em decorrência, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, que cresceu 4,1% e 2,3% nessa ordem.

O crescimento de 4,07% no mercado cativo rural, deve-se principalmente à expressiva demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação no período analisado.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) cobrada dos consumidores livres pelo uso da rede de distribuição, além dos encargos setoriais e de transmissão. No terceiro trimestre de 2014, a receita correspondeu a um total de R\$216.676, que comparada a R\$214.461 do mesmo período de 2013 representa uma redução de 1,03%. Essa variação decorre, basicamente, da redução do mercado em função do desaquecimento das atividades do setor industrial no período, que foi, em parte, contrabalanceada pelo aumento da tarifa dos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014, no percentual de 8,79%.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$221.951, no terceiro trimestre de 2014, comparados a R\$195.132, do mesmo período de 2013, um aumento de 13,74%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 7,84% nos trimestres comparados (R\$250.104 no terceiro trimestre de 2014, em comparação a R\$231.931 no mesmo período de 2013). Esta variação foi ocasionada, principalmente, pelo aumento de R\$19.813 na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no terceiro trimestre de 2014 foram de R\$1.010.333, comparados a R\$845.253, do terceiro trimestre de 2013, representando um aumento de 19,53%.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$52.215, no terceiro trimestre de 2014, comparados a R\$30.376, do terceiro trimestre de 2013, representando um aumento de 71,90%. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes são calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$2.361.274, no terceiro trimestre de 2014, comparados a R\$2.070.888, do terceiro trimestre de 2013, representando um aumento de 14,02%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.255.560 no terceiro trimestre de 2014, comparada a R\$1.103.727 no terceiro trimestre de 2013, um aumento de 13,76%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 23,60% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$208.304 no terceiro trimestre de 2014, comparados a R\$272.637 no mesmo período de 2013, em decorrência, dentre outros fatores, da redução de 29,57% na quantidade de energia comprada sendo 1.579.072 MWh no terceiro trimestre de 2014 comparados a 2.241.978 MWh no mesmo período de 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real no segundo trimestre de 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior . O Dólar médio relativo às faturas no segundo trimestre de 2014 foi de R\$2,3156, em comparação a R\$2,2961 do mesmo período de 2013, o que representou uma variação de 0,85%;
- aumento de 80,62% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$957.330 no terceiro trimestre de 2014, comparados a R\$530.031 no mesmo período de 2013, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas que foram despachadas, em sua totalidade, no terceiro trimestre de 2014 enquanto que, em 2013, aquelas de custos mais elevados, foram desligadas a partir do mês de julho.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$155.834 no terceiro trimestre de 2014, comparados a R\$103.736 no terceiro trimestre de 2013, representando um aumento de 50,22%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$211.900 no terceiro trimestre de 2014, comparados a R\$201.745 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 5,03%. Este aumento decorre, basicamente, do reajuste salarial de 6,85% a partir de novembro de 2013, parcialmente compensado pela redução da quantidade de empregados (6.119 em setembro de 2013 para 6.067 em setembro de 2014) .

Mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$221.951, no terceiro trimestre de 2014, comparados a R\$195.132, do mesmo período de 2013, um aumento de 13,74%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi uma despesa no montante de R\$38.794 no terceiro trimestre de 2014, comparados a uma despesa de R\$17.562 no mesmo período de 2013. Esta variação decorre basicamente de ajustes nos critérios de provisionamento, não sendo esperados para o acumulado do ano alterações significativas dos valores de PLR a serem provisionados na comparação de 2014 com 2013.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$66.063, no terceiro trimestre de 2014, comparados a uma despesa de R\$53.762 do mesmo período de 2013.

Os principais efeitos são decorrentes de:

- Variação de R\$25.426 na provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido, principalmente, à constituição de provisão relativa a contas a receber de consumidores livres, referentes a decotes de CCC e CDE;
- Variação de R\$31.283 nas provisões de contingências cíveis, pois no terceiro trimestre de 2013 houve uma maior reversão de provisões relativas a processos discutindo relações de consumo, em virtude, principalmente, da reavaliação da probabilidade de perda, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Outras Despesas Operacionais Líquidas

As outras Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$65.040 no terceiro trimestre de 2014, comparados a R\$82.314 no mesmo período de 2013, o que representou uma redução de 20,98%. Este resultado decorre, principalmente, da variação no prejuízo líquido com desativação de bens que foi de R\$29.403 no terceiro trimestre de 2013 comparados a R\$3.525 no terceiro trimestre de 2014.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no terceiro trimestre de 2014, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$119.029, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$88.135 no mesmo período de 2013, um aumento de 35,05%. A variação no resultado financeiro decorre, principalmente, da reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$30.075, reconhecida no terceiro trimestre de 2014 em função da variação negativa de 0,68% do IGP-M no período (indexador da BRR).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no terceiro trimestre de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$44.122 em relação ao Lucro antes dos impostos de R\$117.422, representando um percentual de 37,58%. No terceiro trimestre de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$32.808 em relação ao Resultado antes dos impostos de R\$96.261, representando um percentual de 34,08%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A Companhia possui ativos e passivos para fins regulatórios, não registrados em suas Demonstrações Contábeis, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores já incluídos nos reajustes tarifários	Valores a serem repassados no próximo reajuste tarifário	30/09/2014	31/12/2013
Ativo	843.713	1.392.698	2.236.411	1.307.970
Passivo	(622.133)	(851.905)	(1.474.038)	(963.869)
	221.580	540.793	762.373	344.101

	30/09/2014	31/12/2013
Ativos		
Despesas Antecipadas – CVA (1)	2.171.099	1.257.729
Redução Tarifa uso Sistema Transmissão e Distribuição	-	26.096
Descontos concedidos a Irrigantes	-	4.913
Outros Ativos Regulatórios	65.312	19.232
	2.236.411	1.307.970
Tributos	(294.605)	(128.556)
	1.941.806	1.179.414
Passivos		
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(1.471.500)	(950.346)
Outros Passivos Regulatórios	(2.538)	(13.523)
	(1.474.038)	(963.869)
	467.768	215.545

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

As principais características dos ativos e passivos regulatórios são:

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

	30/09/2014	30/09/2013
Resultado do Exercício	6.405	455.633
Resultado Operacional dos Ativos e Passivos Regulatórios	355.500	(322.395)
Resultado Financeiro sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	26.655	43.072
IR/CS sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	(129.933)	94.970
Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios	258.627	271.280

	Terceiro Trim/2014	Terceiro Trim/2013
Resultado do Exercício	73.300	63.453
Resultado Operacional dos Ativos e Passivos Regulatórios	(19.462)	(112.466)
Resultado Financeiro sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	20.727	11.609
IR/CS sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	(430)	34.291
Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios	74.135	(3.113)

LAJIDA REGULATÓRIO	30/09/2014	30/09/2013	Var %
Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios	258.627	271.280	(4,66)
+ Despesa de IR e Contribuição Social sobre ativos e passivos regulatórios	151.162	139.935	8,02
+ Resultado Financeiro	312.626	209.865	48,97
+ Amortização	318.011	313.483	1,44
= LAJIDA	1.040.426	934.563	11,33

LAJIDA REGULATÓRIO	Terceiro Trim/2014	Terceiro Trim/2013	Var %
Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios	74.135	(3.113)	(2.481,30)
+ Despesa de IR e Contribuição Social sobre ativos e passivos regulatórios	44.552	(1.483)	(3.103,81)
+ Resultado Financeiro	98.302	76.526	28,46
+ Amortização	107.624	100.367	7,23
= LAJIDA	324.613	172.297	88,40

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Repasses de Recursos de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às informações contábeis intermediárias, a Companhia contabilizou nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, como redução do custo de energia comprada para revenda, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de novembro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG